

RESENHA CRÍTICA DA OBRA: “A Gramática do Tempo: para Uma Nova Cultura Política” de Boaventura de Sousa Santos

Letícia Ramos Ramos¹
Douglas Pierre Justino da Silva Lopes²
Aldarosa Cartaxo Jácome³

SANTOS. Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

INTRODUÇÃO

Nuestra América e o senso comum hegemônico para uma nova cultura política, Boaventura de Sousa Santos, acadêmico português, militante social com forte influência internacional, em sua vasta produção acadêmico-científica, tornou-se referência obrigatória para as Ciências Sociais, Educação, Direito, Serviço Social, Ciência Política, entre outros. Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra é também Diretor do Centro de Estudos Sociais dessa instituição, do Observatório Permanente da Justiça e fundador da Revista Crítica de Ciências Sociais.

Em sua obra “*A gramática do tempo: para uma nova cultura política*” (2010), o autor consolida anos de pesquisa e sua aproximação com a perspectiva pós-colonial, nela se destaca o caráter coletivo da construção dos textos que, segundo ele, sintetiza sua busca antiga por um “novo senso comum”. Ademais, já no prefácio, ele argumenta que esse livro cumpre o objetivo principal de suas discussões que é lançar os fundamentos de uma nova cultura política que permita o retorno ao pensamento contra-hegemônico e conseqüentemente a transformação social e emancipatória.

Organizado em três partes distribuídas em 13 capítulos, além do prefácio e da conclusão, o livro *aqui resenhado* é uma convocação à visibilidade política dos povos do Sul, sua diversidade e construção do conhecimento dentro da resistência ao pensamento hegemônico do Norte global. Propõe a percepção e construção de um pensamento alternativo ao da modernidade clássica, e nesse sentido, as análises são focadas em articulações entre os espaços-tempo local, nacional e global.

No capítulo introdutório, o autor analisa a passagem complexa de uma teoria crítica pós-moderna para uma teoria crítica pós-colonial, enfatizando que tais análises são insuficientes para suas aspirações teóricas, críticas e analíticas. Intitulada “Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e de outro”, Santos (2010) empreende um debate epistemológico ao propor o *pós-modernismo de oposição* em contraponto ao que ele chama de *pós-modernismo celebratório*, por ele definido como a “posição daqueles que passaram da crítica das concepções modernas de transformação social emancipatória ao abandono da própria idéia de emancipação social.” (SANTOS, 2010, p.15). De acordo com o autor, na metade da década de 80, ele começou a usar os termos pós-moderno e pós-modernidade em face da exaustão do modelo ocidental de ciência moderna. Todavia, tais expressões não caracterizem suas idéias, porque rompem com a modernidade sem propor uma nova teoria crítica.

¹ Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <leticiaamosufpb@gmail.com>

² Doutorando em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <douglaspierre@hotmail.com>

³ Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <aldacart@yahoo.com.br>

Além disso, explica que seu conceito *pós-modernismo de oposição* apresenta uma ruptura epistemológica radical em relação à modernidade ocidental, visando sua superação conceitual e não temporal, percebendo, assim, o pensamento hegemônico como início e não como o fim. Desse modo, tal conceito se desenvolveu a partir da década de 90, com contribuições das epistemologias feministas e dos estudos culturais e sociais da ciência. No mais, nasceu às margens do pensamento hegemônico para reinventar a emancipação social a partir e em aprendizagem com o Sul global – aqui entendido como uma metáfora que Santos (2014) utiliza ao se referir “ao campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo.” (SANTOS, 2014, p. 12). Ademais, vê-se representado pelo movimento de globalização contra-hegemônica tido por ele como alternativa construída pelo Sul em sua extrema diversidade política, cultural e social.

PARA UMA EPISTEMOLOGIA DO SUL

No primeiro capítulo, “A queda do Angelus Novus: o fim da equação moderna entre raízes e opções”, o autor trata da equação entre raízes e opções e da reconstrução do inconformismo diante das injustiças. Discute sobre uma epistemologia do sul - termo cunhado por ele para tratar de uma nova teoria da história capaz de “pensar a emancipação social a partir do passado, e de costas para um futuro supostamente predeterminado.” (SANTOS, 2014, p. 54). Para tanto, o autor utiliza as concepções de raízes e opções, as quais ele considera como o último fundamento das teorias da modernidade ocidental. O pensamento das raízes representa o permanente, o singular, são entidades de grande escala, cobrem vastos territórios simbólicos, de longa duração histórica que não permitem detalhes nem ambiguidade. O pensamento das opções simboliza o oscilante, o indeterminado, as entidades de pequena escala, os territórios confinados e de curtas durações históricas, detalhistas, que permitem calcular o risco da escolha entre opções alternativas.

Ainda conforme Santos (2010, p. 56), “a ciência é uma raiz que nasce no futuro, é uma opção que, ao radicalizar-se, se transforma em raiz e cria a partir daí um campo imenso de possibilidades e de impossibilidades, ou seja, de opções.”. Atualmente, a equação moderna entre raízes e opções está em um processo de desestabilização e de turbulência, caracterizada de forma prevalente pelos códigos barrocos pós-dualistas. Haja vista, os poderes hegemônicos promoverem teorias e imagens que apelam para uma totalidade de subjetividades desestabilizadoras numa demonstração de esgotamento da equação entre raízes e opções. Em relação a isso, Santos (2010) propõe que a comunicação e a cumplicidade epistemologicamente pautadas na diversidade de conhecimentos, ocorram em três níveis de orientação: epistemológica; metodológica, hermenêutica/diatópica e de equilíbrio dinâmico entre as teorias da separação e as teorias da união.

No segundo capítulo, “Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, analisa a razão metonímica, proléptica e arrogante confrontando-as a uma racionalidade mais ampla: uma sociologia das ausências e das emergências. Nele, o autor propõe a razão cosmopolita, fundada no inconformismo em relação às carências que podem ser supridas e na união da sociologia das presenças, da sociologia das ausências e do trabalho de tradução. Nesse ponto ressaltamos que a tradução apresentada pelo autor significa “traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns e de outros, buscar inteligibilidade sem homogeneização.” (SANTOS, 2010, p 136). Assim, a tradução entre saberes assume a forma de uma *hermenêutica diatópica* na medida em que parte da noção de incompletude de todas as culturas e de uma aprendizagem possível através do diálogo entre elas que sugere uma diversidade também cultural e ontológica, traduzindo-se em múltiplas concepções de ser e estar no mundo.

Na sequência, no terceiro capítulo, “A ecologia de saberes”, o autor oferece como resposta a razão indolente, a ecologia de saberes. Nesse sentido, discorre sobre essa epistemologia desestabilizadora que se baseia no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, dentre eles, a ciência moderna. Aponta a ecologia como meio de intervenção no real e de busca de intersubjetividades, cujas práticas de saberes têm lugares, durações e ritmos diferentes. Desse modo, seu objetivo é dar voz a diversos conhecimentos que possibilitem a inserção e maior participação dos grupos sociais.

Essa proposição nos remete às políticas de gestão educacional vigentes no Brasil e possibilita-nos a fazer apreensões teóricas e práticas a partir de um diálogo entre Santos (2010), Cury (2002) e Freitas (2007). A apropriação da concepção da ecologia de saberes pode vir a ser um instrumento potencializador de uma democracia contra-hegemônica na gestão da escola pública em oposição à tendência ao modelo gerencialista em atuação. Que em si restringe o conceito de gestão democrática ao plano formal, à valorização exclusiva das normas expedidas por órgãos da administração governamental, em detrimento da participação ativa e direta da comunidade escolar, sobretudo, de pais, alunos, que poderiam partilhar os conhecimentos oriundos da comunidade com os conhecimentos do Estado. Desse modo, poderíamos observar e/ou vivenciar uma ecologia de prática de saberes, a qual se caracteriza como uma contra-epistemologia, e seu avanço resulta de dois fatores: a globalização contra-hegemônica e o pensamento pluralista e propositivo (SANTOS, 2010).

No quarto capítulo, “Universidade Popular dos Movimentos Sociais”, o autor aborda a dimensão institucional da produção de conhecimento visando contribuir para que o conhecimento da globalização alternativa seja global e articulado entre os movimentos sociais, tornando-se, desse modo, mais internacional e intercultural que as propostas já existentes. Para que isso ocorra, propõe a criação de uma Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), que em sua visão representa o esforço de interconhecimento gestado nas edições do Fórum Social Mundial (FSM). Essa universidade se diferenciaria em relação a outros espaços com o mesmo objetivo educacional, pela formação bidirecional de auto-educar ativistas, líderes comunitários e cientistas sociais/intelectuais/artistas e pelo caráter inter-temático dos estudos/produções vivenciados na instituição.

Por fim, ainda no quarto capítulo, Santos(2010) afirma que a UPMS almeja superar o hiato entre a teoria e a prática e entre ensinar e aprender conjugando, em encontros sistemáticos, os sujeitos da prática e os sujeitos da produção teórica, criando contextos e tempos de aprendizagens recíprocas, de modo que a constatação de ignorâncias recíprocas seja o ponto de partida, e a produção partilhada de conhecimentos tão globais e tão diversos quanto os próprios processos de globalização seja o ponto de chegada.

A CONSTRUÇÃO DE MUNDOS PÓS-COLONIAIS

Na segunda parte do livro intitulada “A construção de mundos pós-coloniais”, Santos (2010) busca a identidade conceitual. Nela, o autor mostra as bases da concepção hegemônica ocidental e como seus paradigmas anularam a emancipação para as sociedades. Por último, Santos (2010) trabalha com a especificidade do colonialismo português e as perspectivas pós-coloniais.

Ademais, no referido capítulo há semelhanças com o pós-colonialismo, de modo a mostrar como esse sujeito pós-colonial deve se posicionar frente aos desafios do capitalismo hegemônico. A partir desse posicionamento, é possível encontrar um diálogo com as colocações de Saviani (2001), já que a raiz dessa investigação é como a educação pode se posicionar mediante um quadro de precarização e marginalidade. Além disso, a preocupação dos autores com a emancipação também acontece na tentativa de superação da dualidade de uma sociedade, assim como veremos ao fim desta terceira parte, sem divisão hierárquica entre o “eu” e o “outro”, um problema do pensamento colonialista hegemônico que se reproduz na escola, como, por exemplo, na rede burguesa e na rede proletária, acarretando uma visão de sociedades opostas.

No quinto capítulo, “O fim das descobertas imperiais”, Santos (2010) apresenta conceitos fundamentais para entendermos o pensamento colonial ocidental, a exemplo da formação da concepção do "outro", do descoberto. Para tanto, o autor afirma que esse "descoberto" assumiu três formas principais: o Oriente, o Selvagem e a Natureza. Em nossa concepção, a visão do "outro" é fundamental para entendermos o pensamento pós-colonial presente nesta obra e a ideia de descobrimento apresentada pelo autor em suas duas dimensões, uma empírica, que é o próprio ato de descobrir, e outra conceitual, a ideia do que se descobre ajuda o entendimento da construção do "outro" como uma oposição ao "eu".

Dando seguimento, o autor descreve as três formas do descoberto imperial, o Oriente, que tem

como base sua construção na ideia do não-ocidente a alteridade, localizado a partir do século XV, é com a comparação ao "outro" oriental que a sociedade ocidental se afirma e coloca-se como detentora do pensamento hegemônico, dando ao oriente uma identidade de alternativa ao ocidente, mas em concepções de hierarquia. Sabemos que é inegável que a ciência ocidental carrega um sentimento de superioridade e de verdade. Em concordância, Santos (2010) identifica no orientalismo essa visão de oriente construída pelo ocidente e passa a descrever de maneira objetiva as bases dessa visão colonialista.

A forma do Selvagem não está ligada a alteridade, mas a inferioridade. A ideia do Selvagem retira toda e qualquer possibilidade de construção de uma oposição ao mundo Ocidental, pois nela o pensamento colonial encontrou instrumentos para o discurso civilizatório: o de ir contra a irracionalidade, forma essa que está presente no pensamento hegemônico que definiu a América e a África, cada um com sua especificidade. O combate ao Selvagem legitimou tanto o discurso da missão colonizadora do "novo mundo", através da conversão e da educação, como também do uso de violência contra uma moral e ou comportamento inferior.

Ainda conforme Santos (2010), a Natureza ocupa o lugar da exterioridade, em que a inferioridade é uma resultante desta forma hegemônica ocidental. Além disso, o conceito de selvagem se une a natureza e forma a "natureza selvagem", aquela que necessita ser domesticada e transformada em recurso natural. O capítulo se encerra com o autor apontando a emergência de uma série de crises no pensamento Ocidental neste novo milênio e vislumbrando as possibilidades de substituição de um pensamento de Oriente pela convivência multicultural, do selvagem pela igualdade, na diferença pela autodeterminação e da natureza pela humanidade que a inclua.

No sexto capítulo, "Nuestra América: reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e distribuição", Santos (2010), contrariando Hegel, afirma a ideia de que a América do Norte não representa um contraponto ao pensamento europeu. Temos aqui o ponto central deste capítulo, pois Santos (2010), ao afirmar que os fundamentos para a construção da América do Norte são uma continuidade dos europeus, nega "Século Americano" (século XX) e afirma o "Século Americano-Europeu". Para Santos (2010), uma alternativa para a globalização hegemônica é necessária as sociedades periféricas que se encontram esmagadas pelo "fascismo social". Para o autor, o embrião que representa uma alternativa ao fascismo social está na construção de um novo padrão de relações locais, nacionais e translocais, tendo como base a igualdade e a diferença

Como poder simbólico, Santos (2010) fala da força dos manifestos neste século XXI e afirma que esses novos manifestos devem construir globalizações contra-hegemônicas, onde *Nuestra América* fornece um grande espaço de experiências históricas. Por fim, o autor enumera cinco temas fundamentais que os manifestos contra-hegemônicos devem enfrentar sem nenhuma ordem de precedência: a democracia participativa; sistemas de produção alternativos, multiculturalismo; justiça e cidadanias emancipatórias; biodiversidade e novo internacionalismo operário.

A investigação do capítulo sete, "Entre próspero e caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade", concentra-se nos processos identitários e no espaço-tempo da língua portuguesa. Para desenvolver esse estudo, Santos (2010) parte de Portugal e busca no contato com o "outro" as raízes coloniais que fundamentam uma aproximação com o pós-colonialismo, não só em Portugal, como também na América, Ásia e África. A partir de hipóteses, o autor trabalha a ideia hegemônica que permeia as regiões periféricas e semiperiféricas e seu potencial contra-hegemônico e pós-colonial.

Em seu processo investigativo, o capítulo desenvolve-se mostrando que a dependência econômica não apresenta efeitos isolados, atinge igualmente os planos sociais, jurídicos e políticos, assim como as práticas individuais e coletivas. Pode-se aqui novamente observar o dialogo com Saviani (2001), que ao trabalhar a questão dos interesses que estão ao redor da escola, afirma que a influência reacionária construiu as bases da educação proletária, uma influência intrínseca que atinge as demais esferas, sendo externa a própria escola.

A influência colonial sobre essas esferas são justamente os problemas que o pós-colonialismo enfrenta, mas para isso é necessário entender as duas bases fundamentais que compõem essa

perspectiva. A primeira diz respeito ao pós-colonialismo como um tempo histórico, que se localiza a partir da independência das colônias, mas é anacrônico e de longa duração, com que ele mesmo chama de jogos de temporalidades. A segunda base para o pós-colonialismo está em desconstruir a narrativa hegemônica, construindo narrativas a partir dos grupos e indivíduos das regiões semiperiféricas e periféricas. O pós-colonialismo trabalha dentro de uma perspectiva de rupturas e continuidades, principalmente com a noção de *hibridação nos regimes identitários*.

O capítulo se encerra com a investigação de Santos (2010) sobre a identidade para chegarmos a inter-identidade. As identidades definem a “si” e ao “outro”, e no capitalismo hegemônico quem determina o que é diferença, também determina uma superioridade em frente ao diferente. Santos (2010) ainda afirma que independente do modelo de dominação, a reprodução da identidade dominante é necessariamente ambivalente, já que a negação do outro só seria possível a partir da total inexistência deste, o que nos leva a raiz da discussão identitária deste capítulo, que busca a construção de uma política das diferenças.

UMA NOVA TEORIA POLÍTICA CRÍTICA: Reinventar o Estado, a Democracia e os Direitos Humanos

A terceira parte do livro intitulada “Uma nova teoria política crítica: reinventar o Estado, a democracia e os direitos humanos”, o autor levanta uma proposta de reinvenção do Estado, questionando o modelo de globalização hegemônica que atua com o intuito de retrair as pressões sociais e o “excesso de democracia”, em contraponto com o modelo defendido, o contra-hegemônico, pautado na defesa de novos arranjos participativos e democráticos.

No capítulo oito, “A construção intercultural da igualdade e da diferença”, o autor aponta a forma como a desigualdade e a exclusão estão inseridas no âmbito da hierarquização, abordando, de forma paradoxal, os sistemas da igualdade e da diferença. Com o intuito de não se estabelecer extremismos, a modernidade capitalista firma mecanismos de regulação, que tanto estimulam, como também retraem esse processo. Conforme pontua o autor, esse controle acaba por se transformar em uma ferramenta de resistência à emancipação social e, conseqüentemente, à cidadania. O pensamento de Savian (2001) coaduna-se com o de Santos (2010), ao refletir sobre a importância das políticas educacionais emancipatórias para o processo de inclusão e aceitação dos demais segmentos da sociedade, visando, assim, ultrapassar as barreiras das diferenças.

Todavia, Santos (2010) destaca que essa regulação social somente foi realidade em algumas regiões, como o atlântico norte e a Europa ocidental, e que atualmente encontra-se em crise. O autor enfatiza ainda que os processos de “globalização hegemônica” e “contra-hegemônica” impulsionam a metamorfose pela qual sofrem os sistemas de desigualdade e de exclusão, tanto no espaço-tempo nacional como transnacional. Com o intuito de resgatar a justiça social numa globalização neoliberal, faz-se necessário promover a junção entre as políticas de igualdade e de identidade. Nesse sentido, o autor propõe a “luta contra-hegemônica” e “uma profunda reinvenção do Estado”.

O capítulo nove, “A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social”, constitui-se em um instigante debate sobre a crise do contrato social e a necessidade de se estabelecer um novo modelo de contratualização. O autor destaca que essa crise moderna consiste na relação desnivelada entre os processos de exclusão sobre os processos de inclusão, os quais se firmam sob duas formas: o pós-contratualismo e o pré-contratualismo.

Nesse sentido, Santos (2010) questiona alternativas para ultrapassar essas instabilidades, ao mesmo tempo em que discorre sobre os seus riscos, como o do “fascismo social”. O autor classifica-o de quatro formas: o fascismo do *apartheid* social; paraestatal; da insegurança e financeiro. Para ele, esse tipo de fascismo é múltiplo e abrange a segmentação social, a influência e a atuação tendenciosa. Na obra *Epistemologias do sul* (2014), Santos retoma essa discussão e destaca que o fascismo social não visa extinguir a democracia, mas sim abreviá-la. Conforme ele aponta, a emergência do fascismo social não nos remete ao modelo tradicional do início do século XX, mas sim a um modelo pluralista e inédito.

No capítulo seguinte, “A reinvenção solidária e participativa do Estado”, o autor levanta questionamentos sobre o reformismo e defende a necessidade de rever as estruturas que compõem o Estado, propondo a institucionalização como uma das formas de conservar o interesse do coletivo no âmbito do capitalismo. Para o autor, desde a década de 80, a crise do reformismo advém da inconsistência do “meta-suposto” da “pós-revolução”, da relação entre “repetição e melhoria” (SANTOS, 2010). Ainda conforme o referido autor, o Estado configura-se não mais como sujeito, mas sim como objeto da reforma. Ademais, esse capítulo confere relevância ao contextualizar sobre o terceiro setor, discutindo o seu processo de ressurgimento entre os países centrais e periféricos, devido, respectivamente, à crise do Estado-providência e à crise dos serviços básicos. Portanto, esse novo terceiro setor seria a afirmação do princípio da comunidade, que forma, juntamente com os princípios do Estado e do mercado, um dos pilares da regulação social na modernidade ocidental. Por fim, Santos (2010) destaca que esse terceiro setor pode atuar como minimizador do fascismo social.

Este instigante capítulo nos conduz à reflexão sobre o atual modelo de aparelhamento do Estado e de democracia que estamos inseridos, que atua de maneira branda e possui viés político, favorecendo a proliferação do fascismo social. Diante deste cenário, tanto a nível nacional quanto a nível global, faz-se necessário conduzir novas formas de ação redistributiva do Estado e de controle social.

O capítulo onze, “A redescoberta democrática do trabalho e do sindicalismo”, discute o mérito da democratização do trabalho e a importância de firmar o seu resgate e valorização. Diante disso, o autor pontua quatro condições para a sua redescoberta: a democratização do seu acesso; a recongnção do valor inclusivo nas suas várias formas de trabalho; o equilíbrio do fascismo financeiro e o protagonismo sindical. Reportamos-nos ao entendimento preceituado por Santos (2010) para compreender o processo de segregação do trabalho a nível global, que se deve a influência do colonialismo na formação de pressupostos hierárquicos, como o étnico-racial e migratório.

Na segunda parte do capítulo, o autor aborda as crises e as transformações que acometeram os sindicatos brasileiros e portugueses, além de elencar as teses que visam favorecer o seu fortalecimento e reconhecimento. Ademais, Santos(2010) ressalta que não existe um ciclo vital a ser percorrido e que as relações e maturidades dos movimentos encontram-se em níveis diferentes entre os países centrais, periféricos e semiperiféricos, a depender do próprio contexto histórico e social. Para o autor, as reinvenções dos movimentos sindicais devem buscar realinhar os limites e as delimitações entre partidos e sindicatos.

O capítulo doze, “A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna”, levanta críticas ao modelo defendido pela governação hegemônica, expondo os ideais do Fórum Social Mundial (FSM) em contraponto aos preceituados pelo neoliberalismo. Para o autor, a matriz de governação não combate de frente com a problemática da redistribuição social. Para Santos (2010), tal fato contribuiu para que a crise de legitimidade tenha se transformado em uma crise de governabilidade. Nesse sentido, a matriz de governação é questionada devido a sua incapacidade de conceber um cenário inclusivo e participativo. O autor conclui o capítulo apresentando o FSM e sua linha de defesa por uma “utopia crítica” apoiada em uma globalização contra-hegemônica.

No capítulo treze, último do livro, “Para uma concepção intercultural dos direitos humanos”, o autor contextualiza as políticas de direitos humanos a partir da globalização hegemônica e contra-hegemônica. Na verdade, como o próprio autor destaca, não existe uma única globalização, mas sim globalizações, as quais dependem da influência do seu dinamismo social. Ademais, conforme defende o autor, os direitos humanos observados universalmente dispõem-se de forma hegemônica, enquanto perante uma concepção intercultural de forma contra-hegemônica.

Nesse sentido, Santos (2010) salienta as asserções necessárias para se firmar uma política contra-hegemônica de direitos humanos, como clarificar o embate sobre relativismo e universalismo, isoformias e suas demais especificidades culturais, incompletudes e tendências à hierarquização. Por fim, visando aprofundar essa reflexão intercultural, o autor ainda apresenta a hermenêutica diatópica. Nessa perspectiva, é preciso que se reconheça o nível de complexidade dessa proposta, como o próprio

autor pontua no fim do capítulo, citando Sartre: “antes de concretizada, uma ideia apresenta uma estranha semelhança com a utopia.” (SANTOS, 2010, p.470).

CONTRIBUTO À EDUCAÇÃO

A Gramática do tempo é uma importante contribuição para o campo da educação e dos movimentos de resistência contra-hegemônicos, para o campo pós-colonial, pois além de evidenciar o empoderamento dos indivíduos invisibilizados pela hegemonia, instrumentaliza as diversas investigações no campo da educação. Fomenta pesquisas e práticas educacionais que potencializem a diversidade, a diferença, os conflitos advindos da relação em sociedade e da própria organização social; apresenta os processos educativos fundados na relação teoria prática como elementos indissociáveis das dimensões epistemológica, política, ética. Na educação, a pesquisa pós-colonial no campo curricular pode estimular as práticas escolares que evidenciem as vozes silenciadas do Sul Global capazes de transformar o conhecimento científico num novo senso comum: o conhecimento emancipação resultante de uma contra-hegemonia ao modelo ainda dominante de ciência e de educação.

REFERÊNCIAS

- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Os Conselhos de educação e a gestão dos sistemas*. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREITAS, Dirce Nei Teixeira. *Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar*. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 501-521, maio/ago. 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2014.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 34. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.